



CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO RN

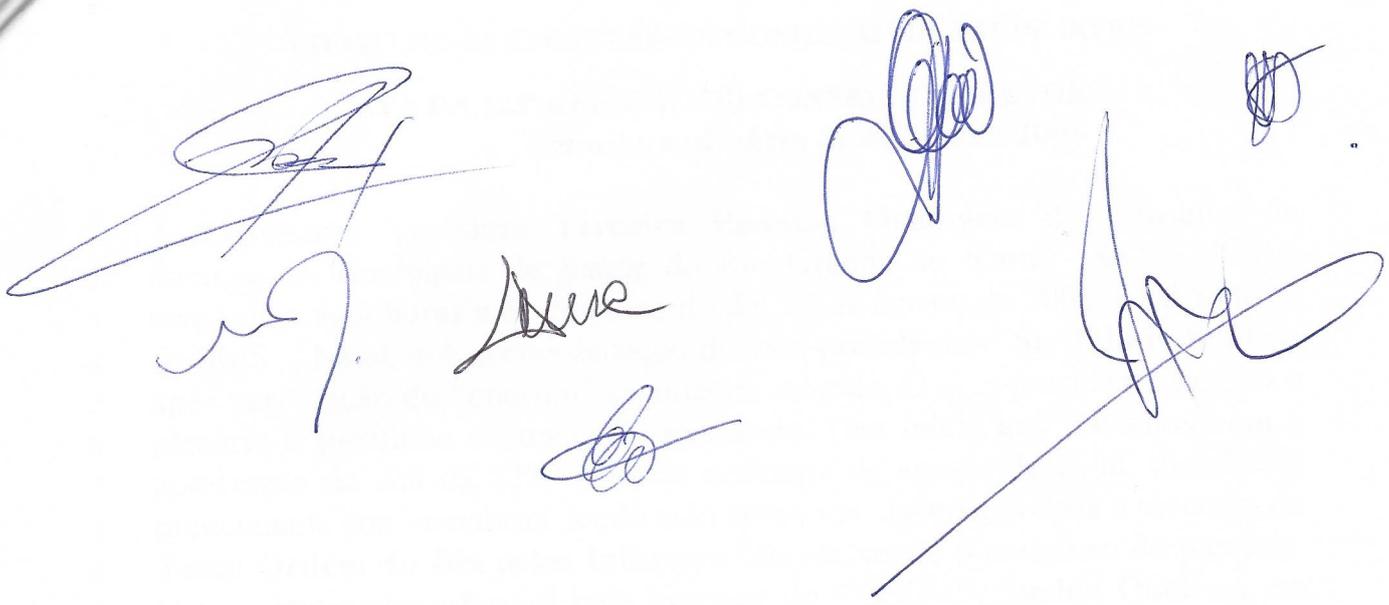
ATA DA 123ª REUNIÃO DO CONSELHO DIRETOR Reunião ordinária de agosto de 2008

1 **A Centésima Vigésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho de**
2 **Secretários Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte – COSEMS/RN**
3 **teve início às 9 horas e 35 minutos do dia 20 de agosto de 2008, no Auditório**
4 **da SMS – Natal, sob a coordenação do vice-presidente o Sr. Jalmir Simões,**
5 **após verificação do “quorum” regimentar exigido. O vice-presidente saudou o**
6 **plenário e justificou o atraso da presidenta. Deu início aos trabalhos com a**
7 **apreciação da Ata da 122-ª reunião ordinária de agosto de 2008, distribuída**
8 **previamente aos membros, tendo sido aprovada. Jalmir, propôs a inversão do**
9 **Tema Ordem do Dia pelos Informes Gerais, tendo o consenso do plenário.**
10 **Deu-se início aos informes pelo assessor do COSEMS, Sueldo Queiroz, em**
11 **respeito à nota técnica sobre o Gerenciamento do Risco Sanitário na**
12 **Transmissão de Doenças de Chagas Aguda por Alimentos, esclarecendo que**
13 **as medidas previstas na nota técnica para ampliar a prevenção e o controle**
14 **dessa patologia, encontram-se no site da ANVISA,**
15 **www.anvisa.gov.br/alimentos/informes. Em tempo, Sueldo Queiroz notificou**
16 **ao plenário o recebimento da portaria de nº 1514, de 23 de julho de 2008 a**
17 **qual informa sobre os municípios que sofreram suspensão na transferência de**
18 **incentivos financeiros referentes ao número de equipes da Saúde da Família,**
19 **de equipes de Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde com**
20 **irregularidades no cadastro de profissionais no SCNES. Em seguida, relatou**
21 **sobre o ofício nº 02 da SIMBRAVISA, que traz a divulgação do IV Simpósio**
22 **Brasileiro de Vigilância Sanitária no período de 23 a 26 de novembro de 2008,**
23 **em Fortaleza/CE. Dando continuidade, Sueldo Queiroz e Dailva Bezerra -**
24 **SMS de São Paulo do Potengi fizeram uma avaliação positiva da**
25 **participação do COSEMS, em parceria com a SESAP, na III Mostra Nacional**
26 **de Saúde da Família, registrando a participação de 12 municípios do Rio**
27 **Grande do Norte com trabalhos apresentados na mostra. Na ocasião, Sueldo**
28 **ressaltou sobre a organização do stand COSEMS-SESAP/RN, o que causou**
29 **boa impressão por parte dos organizadores e de outros COSEMS. Passou-se**
30 **aos Temas para Debate pautados pela Plenária. Nesse momento, Lúcia**
31 **Araújo - IV URSAP e demais presentes, indagaram sobre os NASF, se**

houve alguma alteração no total de equipes e quanto à forma de como se dará a contratualização, considerando que o repasse de recursos dos municípios habilitados a implementar o NASF, só se deu a partir de 5 de agosto. **Dailva** informou que não houve modificações até então, quanto ao número de equipes. Já quanto à contratualização, **Divaneide Ferreira - SMS de São Gonçalo do Amarante** acrescentou que no período eleitoral é vetado pela Constituição, a contratação nos três meses anteriores e posteriores ao pleito, no entanto, por se tratar de um programa de governo e como os recursos somente foram repassados agora, a não utilização dos mesmos comprometeria a proposta do município. A mesma complementou que o município de São Gonçalo fez uma consulta à Promotoria de sua jurisdição, sobre a qual aguarda resposta, sugerindo no momento que fossem ouvidos outros promotores, bem como a Coordenação Estadual do PSF. **Divaneide** ressaltou ainda, a necessidade de socialização entre os municípios, com relação à operacionalização dos NASF, no que se refere à estrutura e valor a ser pago aos profissionais, e citou como exemplo os municípios de São Gonçalo e São José de Mipibu que adotaram um piso salarial de R\$ 2.000,00 por quarenta horas semanais. Dando continuidade ao tema pautado, **Maria do Socorro Costa - SMS de Umarizal** questionou sobre a prestação de contas da Assistência Farmacêutica, quanto à necessidade de se prestar contas, além do Relatório de Gestão. Na ocasião, **Lucia Araújo - IV URSAP** informou que foi realizada uma reunião em sua região, onde foi distribuída uma planilha normalizando a prestação de contas da IV Regional. Em tempo, **Terezinha Rêgo** se comprometeu em procurar a responsável pela Farmácia Básica da SESAP, para esclarecimento de dúvidas e posteriormente compartilhar as informações com os municípios. Em seguida, foi suscitado no plenário o questionamento sobre o Projeto de Supervisão Clínica dos CAPS. Em tempo, **Jalmir Simões** informou que se trata de um projeto de 2007, com repasses de recursos em janeiro de 2008, e ainda, que o valor seria equivalente ao número de inscritos, garantindo um percentual de recursos para o supervisor, que realizaria 8 supervisões, sendo uma por mês. Fazendo uso da palavra, **Divaneide Ferreira** relatou sobre a última reunião do CIES, enfatizando que um montante de recursos de mais de dois milhões de reais estava destinado à capacitação e formação de nível médio para cursos de: atualização para equipes de saúde da família, vigilância em saúde, saúde mental, entre outros. Relatou ainda, que para operacionalização desses recursos, foi sugerido um amplo seminário com sugestão de realização de oficinas para os colegiados regionais. Na ocasião, **Jalmir Simões** relatou que discordava da forma de condução do CEFOPE frente ao processo de discussão dessas capacitações, sem participação dos secretários em suas definições. Em tempo, **Divaneide**

Ferreira sugeriu que fosse encaminhada à CIB uma proposta com os critérios de licitações para as escolas, sendo definidos com a participação dos gestores. Dando continuidade ao tema pautado, **Maria das Dores Bulamarqui - SMS de Mossoró** relatou a dificuldade em comprar procedimentos no valor proposto na tabela SUS, sobretudo cirurgias eletivas, exemplificando que existem procedimentos que Mossoró esta pagando 100% a mais que o valor da tabela. Fazendo uso da palavra, **Edna Santos - SMS de Grossos** questionou quanto à legalidade, o fato do seu município ter que complementar o valor dos procedimentos gerados dentro de outro município, onde essa relação se daria diretamente com o prestador. Em tempo, **Terezinha Rêgo** explicou que somente era previsto mediante um acordo formal entre os gestores, e que o mais lógico seria o consórcio. Acrescentou ainda, a necessidade de uma tabela que previsse a complementação com recursos do Tesouro Municipal, uma vez que, um mesmo procedimento estaria sendo pago por dois gestores simultaneamente. Passando ao Tema ordem do dia, **Jean Carlos de Almeida - SMS de Caiçara do Rio do Vento**, questionou sobre o rateamento do repasse dos incentivos aos ACS, sobre como se daria esse processo e se teria que ser retirado do valor dos R\$ 580,00 o equivalente aos encargos trabalhistas. Fazendo uso da palavra, **Divaneide** relatou que o valor dos R\$ 580,00 tem que ser repassado aos ACS e que desse valor, deve ser retirado o INSS em torno de 27%, e que o município deve adicionar recursos em torno de 20% para pagamento de insalubridade. Na ocasião, **Dailva Bezerra** falou que paga o salário mínimo e os 20 % de insalubridade. Fazendo uso da palavra, **Regina Célia - SMS de Cerro Corá**, relatou que em seu município os ACS não são efetivados e não tem contrato. Em tempo, **Terezinha Rêgo** falou que não pode pagar aos ACS menos que o salário mínimo e que os recursos são inclusive para pagar os encargos. Sugeriu que **Regina Célia** conversasse com o contador para que o mesmo tenha cuidado na hora fazer os cálculos para o orçamento 2009, incluindo as despesas com os ACS enquanto profissionais efetivos. Dando continuidade ao tema ordem do dia, em relação a comissão SESAP/COSEMS - PPI, fazendo uso da palavra, **Terezinha Rêgo** falou que não é falta de vontade de dar continuidade ao processo da PPI e que existe um esforço por parte da comissão, mas há uma dificuldade por parte do Estado em fornecer os dados e manter o compromisso agendado para elaboração da proposta. Na ocasião **Divaneide Ferreira** relatou que a PPI não vai resolver o problema, por dificuldade em conseguir prestadores, ressaltando a importância em diagnosticar onde existem recursos que não estão atingindo a meta pactuada. Dando continuidade ao tema ordem do dia, **Solane Costa** relatou sobre a dificuldade do atendimento pós-cirúrgico de retorno dos pacientes de traumato-ortopedia, em relação aos municípios junto a Natal.

14 sugeriu-se que além de ser efetuado contato formal com o município do Natal,
115 fossem revistos os contratos com os prestadores. Nada mais havendo a tratar,
o vice-presidente **Jalmir Simões**, agradeceu a presença de todos e declarou
encerrada a reunião. Natal 20 de agosto de 2008.



The image shows several handwritten signatures in blue ink. On the left, there is a large, stylized signature. Below it is a smaller signature. In the center, there is a signature that appears to read 'Jalmir'. To the right of 'Jalmir' is another signature. Further right, there is a signature with a long horizontal line extending to the right. Above this signature is a small, circular scribble. At the top center, there is another circular scribble.